

1 **17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **FRANCA – 25 DE JUNHO DE 2015.**

3 Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2015 às oito horas e trinta minutos, na Secretaria de Ação
4 Social teve inicio a décima sétima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a
5 presidência da vice presidente e representante titular do Sociedade Civil representando as Organizações
6 de Atendimento à Portadores de Deficiência e Grupos Minoritários, Senhora Ernestina Maria de
7 Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros sendo seis (6) do poder
8 público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda
9 Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutineia Cristina Martins Silva, Geisla Fábria Pinto,
10 Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra,
11 Verônica Caminoto Chehoud, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Dalva
12 Deodato Taveira, Padre Célio Adriano Cintra, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:**
13 Antônia dos Reis Guiraldelli Santos, Victalina Maria Pereira Di Gianna, Vilma Aparecida A. Faria
14 Garcia, Lidiane Dermínio Silveira Campos. **Com a seguinte pauta:** Assunto: **Plano Municipal da**
15 **Assistência Social – 2014/2017 - Apresentação 2ª Parte; Deliberação sobre solicitação do Recanto**
16 **Esperança – Ofício 268/2015 – SEDAS e Ofício 37/2015- R.E-SELB; Deliberação sobre solicitação**
17 **da Lasep – Ofício 283/2015 – SEDAS e Ofício Centro Novo Dia; Conferência Municipal de**
18 **Assistência Social – Cronograma das Pré Conferencias e definição de conselheiros representantes;**
19 **Plano de Providências do IJEPAM para conhecimento; Definição sobre reunião ordinária do dia 09**
20 **de Julho (feriado). Informes: Publicada a Portaria Municipal nº 118/2015 – Nomeação de Victalina**
21 **Maria Pereira Di Gianni para representação das Organizações de Atendimento à Criança e Adolescente;**
22 **Convite Promotoria de Justiça– Audiência sobre Atendimento Preferencial – Transporte Público –**
23 **associação Paulista do Ministério Público, dia 01 de Julho – 10h; Caravana da Inclusão, Cidadania e**
24 **Acessibilidade – dia 26 de Junho – 8h às 17h– SENAI Franca. Tina iniciou a reunião apresentando a**
25 **justificativa de ausência dos seguintes conselheiros: Denizar, Andreia, Águeda, Ariluce, Márcio e**
26 **Rosângela. Após sugeriu que as atas da 15ª Reunião Ordinária e 16ª Reunião Extraordinária fossem lidas**
27 **individualmente e encaminhado um parecer de aprovação ou não das mesmas, via email. Ressaltou aos**
28 **conselheiros o compromisso que deve ser assumido com relação à devolutiva do parecer das atas,**
29 **reiterando a necessidade da aprovação. Na sequência exibiu a pauta da reunião, a qual foi aprovada sem**
30 **alteração. Dando início ao primeiro assunto, a vice-presidente Tina concedeu a palavra para a**
31 **Coordenadora de Administração da SEDAS, Sra.Dalva e para a Assistente Social Cidinha, membro da**
32 **equipe de monitoramento da SEDAS. Cidinha iniciou a apresentação segunda parte do Plano Municipal**
33 **de Assistência Social informando que o mesmo é um instrumento de planejamento estratégico que vai**
34 **nortear as ações da assistência social, salientando que a elaboração dele é de responsabilidade do órgão**
35 **gestor. Afirmou que a segunda parte trata da Organização da Política de Assistência Social em Franca, e**
36 **apresenta um levantamento da trajetória da assistência social do município. Inicialmente apresentou o**
37 **histórico, destacando que o inicio da assistência social na cidade de Franca deu-se a partir de 1900, sendo**
38 **realizada pelas entidades filantrópicas ligadas as diversas doutrinas religiosas, não como política pública,**

39 mas como atendimento básico à população. O poder público só entra em cena a partir de 1947 com a
40 composição da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Depois, por meio do
41 órgão estadual, foram criadas as equipes de ação social e em seguida a Divisão Regional de Promoção
42 Social, hoje denominada DRADS. Em 1970 houve a criação do CEAF – Conselho das Entidades
43 Assistenciais de Franca. A organização da assistência no âmbito do poder público municipal se inicia a
44 partir de 1973 com a criação do DEPROS - Departamento de Promoção Social, vinculado ao gabinete do
45 prefeito. Em 1987 se transforma na Coordenadoria de Promoção Social e em 1990 é instalada a Secretaria
46 de Promoção Social. Cidinha destacou que o Conselho Municipal de Assistência Social foi criado em
47 dezembro de 1996, por meio da Lei 4.799/96, porém os conselheiros foram empossados somente em
48 1997. Neste ano de 1997 é elaborado o primeiro Plano Municipal de Assistência Social e a partir daí
49 inicia-se também toda a trajetória da Secretaria, que passa por várias mudanças tanto de nomenclatura,
50 quanto de estrutura. Em 2001 passa a ser denominada como Secretaria de Desenvolvimento Econômico e
51 Social – SEDES e nesse momento ocorreu um reordenamento que provocou a redução do número de
52 UNISER. Em 2003 a Secretaria foi desmembrada das ações do desenvolvimento econômico passando a
53 denominar Secretaria de Assistência e Participação Popular- SASPP. Em 2005 foi renomeada Secretaria
54 de Desenvolvimento Humano e Ação Social. Cidinha salientou que os 10 primeiros anos da LOAS
55 significaram para o município um período de apropriação das referências teóricas. Em 2004 e 2005 o
56 SUAS redefine os princípios organizativos, diretrizes estruturantes, os instrumentos de gestão e o modelo
57 de cofinanciamento da assistência. Nesse período a Secretaria organizou os serviços por nível de
58 proteção: básica e especial. Também nesse período iniciou-se uma fase de transição com relação às
59 creches, e em 2010 se concretizou esse processo e elas foram transferidas para a Secretaria de Educação,
60 conforme orientações técnicas. Na sequência, Cidinha apresentou como está estruturada a Secretaria de
61 Ação Social, atualmente. Afirmou que a regulamentação municipal garantiu alguns avanços na estrutura
62 organizacional, mas a assimilação e incorporação dos novos conceitos legais, no campo da assistência,
63 por todos os envolvidos, se faz necessária. Apresentou ainda o quadro de composição da equipe de
64 trabalhadores do Órgão Gestor – 2015. Dalva destacou que, com relação aos contratos celetistas
65 temporários, estão os jovens aprendizes, que possuem contrato para um ano e também os profissionais do
66 programa Acessuas Trabalho. O quadro seguinte apresentou um mapa com a localização das Unidades
67 Estatais de Proteção Social Básica. Dalva afirmou que o mapa demonstra a necessidade de previsão de
68 instalação de outras unidades estatais para alcançar toda a população que reside nas áreas mais
69 periféricas, devendo ser uma prioridade na elaboração do Plano Decenal. Na questão da gestão da Política
70 da Assistência Social, Cidinha ressaltou que foi feito um retrospecto do percurso da Assistência Social do
71 período de 2010/2013, trazendo as prioridades previstas no Plano Municipal, as ações desenvolvidas ou
72 em andamento, a implantação dos serviços novos e as ações de articulação intersetorial. Em seguida
73 Cidinha passou ao item Controle Social, destacando os princípios organizativos do sistema democrático e
74 participativo de gestão e de controle social, conforme a NOB- SUAS/2005. Ressaltou que os Conselhos
75 Municipais constituem uma das formas do exercício do controle social e tem por finalidade aprovar a
76 Política Municipal de Assistência Social participando da sua formulação, normatizando, disciplinando,

acompanhando, avaliando e controlando a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, prestados pela rede socioassistencial. Disse que dentre as ações elencadas no plano destaca-se a reformulação da Lei de Criação do CMAS, a participação do conselho na realização das conferências e a atuação conjunta com o Órgão Gestor na organização da política de assistência social do município. Os slides com o detalhamento da apresentação ficará anexo a esta ata. Finalizada a apresentação da segunda parte do Plano Municipal de Assistência Social, Tina fez algumas considerações sobre o referido, manifestando satisfação quanto ao conteúdo do documento o qual demonstra todo o processo histórico, bem como os avanços da assistência. Sugeriu que após a conclusão do Plano, o mesmo fosse encaminhado para toda rede socioassistencial para que todos possam apropriar-se das informações contidas nele. A Assistente Social, Cidinha disse que a Secretaria tem a intenção de finalizar o Plano o mais breve possível, com a previsão de disponibilizá-lo na IX Conferência Municipal de Assistência Social a todos os participantes. A vice-presidente indicou também alguns pontos que precisam ser complementados. Cidinha afirmou que é de conhecimento, justificando que ainda é preciso fazer alguns acréscimos e complementações, mas que não foi possível realizar estes ajustes antes da apresentação para o CMAS. Tina solicitou aos conselheiros para se manifestarem com relação ao Plano. Sem mais considerações o colegiado aprovou esta segunda parte do Plano Municipal de Assistência Social. Como próximo assunto da pauta Tina informou sobre a solicitação da Sociedade Espírita Legionárias do Bem – Recanto Esperança para remanejamento de recurso. Após, a 2ª Secretária do CMAS, Fernanda, fez a leitura do Ofício nº. 268/2015 da SEDAS em resposta a solicitação do Recanto Esperança. Na sequência a conselheira Juliana, representando a entidade em questão, expôs algumas justificativas e considerações referentes à solicitação. Disse que o Recanto tem uma parceria com o CMDCAF para a execução de oficinas de música. Afirmou que para essa oficina, faz-se necessária a compra de alguns instrumentos musicais, porém essa aquisição não consta no Plano de Trabalho apresentado no início do ano. Disse que foram feitos três orçamentos que apresentam um valor médio de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Tina questionou se a parceria com o CMDCAF contempla apenas o pagamento de pessoal. Juliana confirmou alegando que a parceria não prevê a compra de materiais. Jane questionou se a oficina acontece dentro do Recanto Esperança, salientando que a proposta é que as crianças possam realizar essas atividades na própria comunidade, incentivando a inserção destes na sociedade e amenizando esse caráter de institucionalização. Juliana disse que desta forma, a instituição está conseguindo atender todos de uma vez, considerando as dificuldades de transporte para todos. A conselheira Victalina solicitou um esclarecimento sobre a utilização de recursos para manutenção, reforma e equipamento, considerando que anteriormente não podia fazer esse tipo de remanejamento. Tina esclareceu que hoje o recurso pode ser utilizado para custeio ou capital, explicando que com o recurso de custeio paga-se recursos humanos, material de consumo e outras despesas e o capital pode-se usar tanto para reforma como para aquisição de equipamentos, desde que conste no Plano de Ação da entidade e aprovado no CMAS, quando necessita de alteração. Jane perguntou qual será o destino dos instrumentos quando o projeto for concluído. Juliana esclareceu que o objetivo é montar uma fanfarra ou uma bandinha, com a intenção dar continuidade ao projeto. Após as discussões e esclarecimentos o

115 colegiado aprovou o remanejamento de recursos para aquisição de instrumentos musicais. Dando
116 continuidade aos assuntos da pauta, a conselheira Fernanda realizou a leitura do Ofício SEDAS nº.
117 283/2015 referente a solicitação de remanejamento de recursos da entidade LASEP. Tina concedeu a
118 palavra para a representante da entidade em questão, Senhora Rose Belga, para expor as justificativas de
119 remanejamento de recurso da instituição. Rose informou que entidade apresentou um novo Plano de
120 Trabalho que traz um levantamento das necessidades, salientando que a demanda tem crescido
121 gradativamente e com a ampliação do número de atendidos, os equipamentos existentes não estão sendo
122 suficientes. Disse que os materiais e equipamentos são de necessidade diária, como mesas, cadeiras,
123 portão eletrônico, dentre outros, afirmando que são equipamentos essenciais e que visam melhorar a
124 qualidade de vida dos usuários atendidos. Fernanda fez a leitura dos itens necessários. Justificou a
125 necessidade da compra do aparelho de pressão arterial, afirmando que o mesmo é utilizado somente por
126 cuidadores habilitados, afirmando a sua importância nos casos emergenciais. A conselheira Josiane expôs
127 a dificuldade que a entidade Casa São Camilo de Lellis está enfrentando com a Vigilância Sanitária na
128 exigência da contratação de técnicos de enfermagem para o atendimento ao idoso. Jane esclareceu que as
129 entidades que atuam como Instituição de Longa Permanência do Idoso – ILPI tem vivenciado essa
130 dificuldade, especificamente acerca de entendimentos divergentes entre a Assistência Social e a
131 Vigilância Sanitária, no que diz respeito aos cuidados da saúde do idoso na instituição e ressaltou que
132 essa é uma questão que deve ser levada para a Conferência Nacional da Assistência Social. Tina destacou
133 que o Plano de Ação é apresentado no início do ano, porém a realidade é dinâmica e outras necessidades
134 surgem, esclarecendo que as solicitações de remanejamento de recursos são coerentes. Após
135 manifestações e esclarecimentos o colegiado aprovou a solicitação de remanejamento de recurso da
136 entidade LASEP. O próximo assunto da pauta referiu-se a Conferência Municipal de Assistência Social.
137 A Secretária Executiva, Maria Amélia relatou que no dia 24 de junho o Instituto Paulo Freire prestou uma
138 capacitação e preparação para a Conferência Municipal de Assistência Social, aos trabalhadores e
139 conselheiros. Alguns conselheiros fizeram suas considerações sobre a capacitação. Tina aproveitou para
140 esclarecer que no último encontro do CMAS foi proposta uma reunião para o dia 22 de junho para estudo,
141 discussão e preparação dos conselheiros acerca do tema e dimensões da conferência, porém, após
142 consulta e aprovação da maioria dos conselheiros a reunião foi substituída pela capacitação prestada pelo
143 Instituto Paulo Freire, no dia 24 de junho. Na sequência Maria Amélia distribuiu aos presentes o panfleto
144 contendo o cronograma das Pré-Conferências e Conferência Municipal. Em seguida solicitou a
145 manifestação dos conselheiros no sentido de garantir a representação nas pré-conferências, explicando
146 que será necessária a indicação de 01 responsável pela abertura do evento e no mínimo mais dois
147 conselheiros que se farão presentes. Após discussões ficou assim definido: **Região Oeste:** Jane (abertura),
148 Juliana e Josiane; **Região Norte:** Tina (abertura), Josiane, Rutineia e Lidiane; **Região Leste:** Josiane
149 (abertura), Pe. Célio e Clóves; **Região Centro:** Fernanda (abertura), Josiane, Rosangela e Sonia; **Região**
150 **Sul:** Jane (abertura), Josiane e Juliana. Dando seguimento, Tina informou sobre o recebimento do Plano
151 de Providências elaborado pelo IJEPAM. A 2ª Secretária Fernanda realizou a leitura do ofício - IJEPAM
152 nº.482/2015, encaminhado para a Secretaria de Ação Social, com cópia ao CMAS. Na sequência o

153 presidente da entidade e conselheiro, Clóves, pontuou algumas providências tomadas pela entidade
154 expondo algumas considerações. Informou a todos sobre a localização do novo escritório do IJEPAM na
155 Rua Marechal Deodoro, 2192 e disse que os interessados podem visitar a sede. Tina lembrou que foi
156 criada uma comissão composta por representantes do CMAS, CMDCAF, Conselho Tutelar, Órgão Gestor
157 e Ministério Público. Essa comissão elaborou um documento contendo as orientações e indicações para
158 elaboração do referido Plano de Providências da entidade IJEPAM e nesse momento a comissão deverá
159 avaliar se o Plano de Providências contempla as orientações indicadas e posteriormente será feito uma
160 devolutiva para o CMAS. Como próximo assunto da pauta sobre a definição da reunião ordinária do dia
161 09 de julho (feriado) o colegiado definiu antecipar essa reunião para o dia 02 julho, considerando a
162 solicitação da conselheira Dalva para apresentação da última parte do Plano Municipal de Assistência
163 Social. Finalizados os assuntos da pauta, Tina prosseguiu a reunião apresentando o primeiro informe
164 sobre a Portaria Municipal nº118/2015 que nomeia a Sra. Victalina Maria Pereira Di Gianni como
165 representante das Organizações de Atendimento à Criança e Adolescente, a qual foi lida pela 1ª Secretária
166 do CMAS, Juliana. A conselheira Victalina solicitou a palavra para fazer algumas considerações
167 reafirmando o seu compromisso em acompanhar o trabalho que está sendo realizado. Na sequência, Maria
168 Amélia informou sobre o convite da Promotoria de Justiça para audiência a ser realizada no dia 1º de
169 julho, às 10h00, na Associação Paulista do Ministério Público, referente ao inquérito civil 7693/2014 –
170 PPD, que tratará do “atendimento preferencial - transporte público”. A conselheira Victalina se dispôs a
171 representar o Conselho. O conselheiro José Carlos também foi indicado uma vez que já acompanha a
172 discussão do referido assunto, porém como não estava presente na reunião, Maria Amélia fará contato
173 para verificar a sua disponibilidade. O informe seguinte referiu-se ao convite da 6ª Caravana da Inclusão,
174 Acessibilidade e Cidadania a ser realizada no dia 26 de Junho das 08h30 às 17h00 no Auditório do
175 SENAI, na Avenida Presidente Vargas, 2500, no Jardim Petraglia. Os conselheiros foram convidados a
176 participar. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e cinco minutos, e eu, Maria
177 Amélia Facioli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e
178 aprovada, será assinada por mim e anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.